



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 26/08/25

E. Lago  
Conselheira de Marla Lages Rodrigues  
do Núcleo Comissão Técnicas

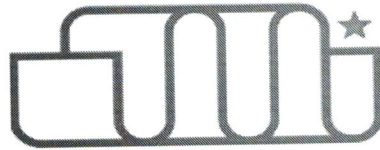
Ao Deputado

M. J. J. J. J.  
para relatar.

Em 27/08/25

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

H. E.



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA**

**PARECER DA SENHORA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA, AO PROJETO DE LEI  
ORDINÁRIA Nº 205 DE 2025.**

**EMENTA:** Reconhece a Utilidade Pública da  
Associação Cultural Deus da Vida.

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Franzé Silva que tem por objetivo o reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural Deus da Vida.

A proposição conta com diversos documentos que passarão a serem analisados em sequência.

À Comissão de Constituição e Justiça compete a análise do aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação (Art. 123, I, "a" do Regimento Interno). Além do mais, no que se refere à outorga da titulação de utilidade pública analisa se estão presentes os requisitos exigidos pela Lei nº 5.447/2005 e suas posteriores alterações.

Ao ser encaminhado a esta Comissão coube a mim relatar a proposição, o que faço nos termos do Art. 97 do Regimento Interno.

É o relatório.

### **II. VOTO DO RELATOR**

O presente projeto de lei tem por objetivo o reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural Deus da Vida.

Os parâmetros a serem seguidos para a análise da proposição serão apenas a análise dos requisitos regimentais e a verificação da presença dos documentos e condições estabelecidas na Lei nº 5.447, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública às associações e fundações instaladas ou com sede no Estado do Piauí e suas posteriores alterações, não devendo esta relatoria imiscuir-se nos critérios de conveniência e oportunidade, posto que foram externados pelo Autor do Projeto de Lei no momento de sua interposição.

A Lei nº 5.447/2005 versa que:

Art. 2º A declaração de utilidade pública far-se-á através de Lei Estadual devendo a entidade interessada estar constituída há pelo menos, um ano, salvo no caso de Fundação Pública que tenha por objetivo a otimização dos serviços prestados à população por qualquer dos Poderes, instruído o requerimento com as seguintes Provas: (NR) **(Redação dada pela Lei nº 5.497, de 29 de setembro de 2005).**

a) possuir personalidade jurídica, comprovada mediante juntada de Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas, fornecida pelo cartório em que se averbou o registro e de cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

b) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, durante o ano imediatamente anterior à formulação do pedido, com a exata observância dos estatutos,



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA**

principalmente quanto ao pleno exercício de suas atividades fins, mediante juntada do Estatuto;

c) que não são remunerados, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto e, em caso de dissolução seu patrimônio será incorporado ao de outra entidade congênere ou ao Poder Público." (NR) (Redação dada pela Lei nº 8.144, de 12 de setembro de 2023).

d) que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e despesa realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção por parte do Estado, neste mesmo período;

e) que seus dirigentes e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral.

§ 1º Os requisitos da alínea "c", se não constarem do Estatuto, deverão ser objeto de declaração formal, firmada pela diretoria da entidade.

§ 2º A publicação de que trata a alínea "d" far-se-á mediante notificação ou afixação dos seus relatórios ou balancetes em local habitual, de fácil acesso ao conhecimento da comunidade representada.

§ 3º A falta de quaisquer dos documentos enumerados nas alíneas "a", "b" e "c" em até trinta dias, ensejará a que o processo seja arquivado.

§ 4º Ficam dispensadas, também, do cumprimento do prazo de que trata o caput deste artigo, as entidades já reconhecidas de utilidade pública nos âmbitos federal e municipal. (Incluído pela Lei nº 5.555, de 20 de abril de 2006)

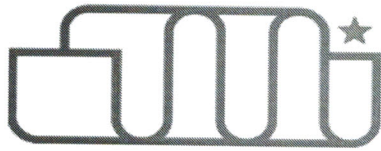
Ao compulsar os autos da presente proposição verifica-se que foram cumpridos os seguintes requisitos:

a) constituição há mais de um ano. Nos documentos apresentados consta que a fundação foi constituída em 30 de outubro de 2020, conforme da Certidão do registro da Ata de Fundação da instituição;

b) possui personalidade jurídica, comprovada mediante a juntada de Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas, e da Cópia do Cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

c) que esteve em funcionamento efetivo e contínuo, durante o ano anterior à formulação do pedido, comprovando com a juntada da Escritura Pública de Constituição da Fundação e das atas de eleição de diretores;

d) que não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, bem como não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes. No que se refere a este item exigido pela lei de regência, consta no Estatuto que a Associação que os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não receberão nenhum tipo de remuneração (Art. 29).



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA**

e) que em caso de dissolução seu patrimônio será incorporado ao de outra entidade congênere ou ao poder público. Quesito que ficou comprovado pelo Art. 25 do Estatuto prevê que em caso de extinção o patrimônio será destinado a outra entidade congênere.

f) dirigentes e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral. Este requisito restou comprovado, em parte, com a apresentação de Certidões de Antecedentes Criminais emitidas pelo Sistema Nacional de Informações Criminais (ePol-SINIC), de Certidões Negativas de 1º e 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, bem como de Certidão Negativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No que se refere à obrigatoriedade da publicação anual dos demonstrativos de receita e despesa realizadas, a lei faz a ressalva de que somente se aplica desde que a associação seja contemplada com subvenção por parte do Estado. Dessa forma, a exigência dessa obrigação deverá se protrair no tempo quando do adimplemento da condição recebimento de subvenção por parte do Estado.

Acostou-se também Certidão de Regularidade do FGTS; publicação do extrato do Estatuto Social no Diário Oficial do Estado e Certidão Negativa de Tributos Federais.

**ANTE AO EXPOSTO, VOTO PELA APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO.**

É como voto.

**III. PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- Aprovação.
- Aprovação com Emenda.
- Aprovação com Substitutivo.
- Rejeição.
- Transformação em Indicativo.
- Aprovado em reunião conjunta.

APROVADO À UNANIMIDADE EM 23 / 09 / 25 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <i>Gracinha</i>
--

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE  
MARIA DAS GRACAS DE MORAES SOUZA NUNES  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://merypro.gov.br/assinador-digital>



**Deputada Gracinha Mão Santa**  
**Relatora na CCJ**

*Gracinha*  
*Fátima Naves*  
*[Handwritten signatures]*